

Congresso analisa regras para acelerar votação do Orçamento

Pareceres dos relatores setoriais da proposta orçamentária para o próximo ano devem ser examinados diretamente pelo plenário da Comissão Mista, sem necessidade de decisão prévia das subcomissões. Medida está prevista em projeto de resolução que será apreciado hoje, às 19h, em sessão conjunta do Congresso Nacional



**Senadores
instalam hoje
a comissão**

PÁGINA 5

**CAS E CCJ PROMOVEM
NOVA AUDIÊNCIA SOBRE
PROPAGANDA DE FUMO**

PÁGINA 7

**PLENÁRIO APRECIA
PROJETO QUE REDUZ
SESSÕES DO CONGRESSO**

PÁGINA 4

**LUIZ OTÁVIO SERÁ
OUVIDO HOJE PELO
CONSELHO DE ÉTICA**

PÁGINA 5

PÁGINA 2



Amir Lando, relator, e Alberto Goldman, presidente da Comissão Mista, ouvem Malan (ao lado de Everardo Maciel, da Receita Federal)

**Parâmetros da
proposta não
mudam, diz Malan**

PÁGINA 3



**Polícia Rodoviária
admite que quadrilhas
têm mais recursos**

Os diretores da Polícia Rodoviária e do DNER chegam para falar na CPI

PÁGINA 5



Os senadores da CAE aprovaram por unanimidade parecer favorável ao projeto do Executivo, que agora segue para a Comissão de Educação

**CAE aprova fundo
de telecomunicações**

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias, aumentar a competitividade entre empresas e gerar empregos, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) obteve ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 6

Votação da proposta orçamentária pode ser acelerada

Congresso Nacional aprecia hoje projeto de resolução que simplifica a tramitação do projeto de Orçamento para 2001. Também estão na pauta 13 pedidos de créditos suplementares para diversos ministérios

O Congresso vota, às 19h de hoje, o projeto de resolução que acelera a tramitação da proposta de Orçamento da União para 2001, ao permitir que sejam examinados diretamente pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento – sem necessidade de votação prévia por subcomissões – os pareceres dos relatores setoriais.

Conforme o projeto de resolução, elaborado durante encontro de líderes partidários na Comissão de Orçamento, a votação da lei orçamentária ocorrerá em duas etapas. Inicialmente, serão examinados dez relatórios setoriais. Em seguida, será votado o parecer do relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO).

A Comissão de Orçamento po-

derá, segundo o projeto, “adotar procedimentos simplificados para apreciação do projeto de lei orçamentária”, preservada a discussão e a votação em separado das áreas temáticas. A adoção desses procedimentos só poderá ser decidida, no entanto, por maioria absoluta dos integrantes da comissão.

O projeto prevê ainda que o parecer preliminar a ser divulgado pelo relator-geral conterà relatório de avaliação das estimativas de receitas orçamentárias, elaborado com o apoio de comitê consultivo composto por sete parlamentares que integram a comissão. Os relatores setoriais, determina o projeto, deverão observar os limites estabelecidos para as receitas e não poderão

prever recursos cujas fontes não tenham sido indicadas no parecer preliminar.

Durante a mesma sessão do Congresso, deverão ser votados 13 pedidos de créditos suplementares ao Orçamento de 2000. O maior deles, de R\$ 296,9 milhões, destina-se aos ministérios da Educação, de Minas e Energia, da Previdência e Assistência Social e da Integração Nacional. Os programas mais beneficiados pelos pedidos de crédito são os de Desenvolvimento do Ensino Médio – com R\$ 160 milhões – e de Escola de Qualidade para Todos – com R\$ 90 milhões.

O depoimento do ministro Pedro Malan à Comissão Mista de Orçamento está na Página 3

PMDB diz que indicará nome do próximo presidente do Senado até o fim do ano

Em nota oficial divulgada no início da noite de ontem, a bancada do PMDB anunciou que fará a indicação, até o final deste ano legislativo, do presidente do Senado para os próximos dois anos. No documento, o PMDB diz que, “baseados no Regimento e na tradição da

Casa”, os senadores do partido manifestaram o entendimento de que têm o direito da escolha porque compõem a maior bancada.

O PMDB também deliberou que “não aceitará ingerência externa ou veto a quaisquer dos seus membros”. Na nota ofici-

al, os senadores ainda garantiram que “não vetarão os nomes escolhidos por qualquer outro partido para os demais cargos da Mesa”. Concluindo o documento, a bancada “hipotecou solidariedade ao presidente do partido e seu líder no Senado, senador Jader Barbalho (PA)”.

Melo recebe missão tcheca

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), recebeu na manhã de ontem a visita de uma delegação da República Tcheca (foto), formada por três senadores e pelo embaixador do país em Brasília, Ladislav Skerik. É a primeira missão parlamentar tcheca no Brasil em 41 anos.

Melo informou que essa foi uma visita institucional entre integrantes dos dois parlamentos e serviu para ampliar o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento dos congressos de ambos os países.

– Com base nesses encontros, podemos ter o conheci-



mento de alternativas e experiências de parte a parte, que podem ser úteis, futuramente, na solução de problemas brasileiros – avaliou o 1º vice-presidente do Senado, lembrando que há um convite para que parlamentares brasileiros visitem a República Tcheca.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária
19h – Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PLS nº 338/99, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do art. 192 da Constituição federal; Mensagem nº 140/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Elim Saturnino Ferreira Dutra para exercer a função de embaixador do Brasil na Suécia; Mensagem nº 164/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer a função de embaixador do Brasil no Suriname; PDL nº 111/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Patrício para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres (GO); PDL nº 156/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia (MG); e Requerimento nº 510/2000, solicitando o sobrestamento do PLS nº 297/99, a fim de aguardar o envio, pela Câmara dos Deputados, de matéria que trata do mesmo assunto.

19h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

10h – Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Convidados: representantes das associações Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), Milton de Carvalho Cabral; dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainzi Galow; Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Alexandre Krul Jobim; Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Murillo de Aragão; e Médica Brasileira, José Rosemberg; do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto C. Leitfert; do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), Elisaldo Luiz de Araújo Carlini; da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Aristóteles Comte de Alencar Filho; da coordenadora-geral da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), Mara Régia Di Perna; e do Instituto Nacional do Câncer, José Kogut. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

17h – Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o senador Luiz Otávio, nos autos da Denúncia nº 1/2000. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6

Após a Ordem do Dia – CPI do Futebol

Pauta: instalação e escolha do presidente, do vice-presidente e do relator. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: Titan AE, de Len Simon. Auditório Petrônio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h – Substitutivo do Senado ao PLC nº 17/2000, que acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.212/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; PDL nº 192/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Dinâmica de Santa Fé para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul (SP); PDL nº 261/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru (SP); e PDL nº 77/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinha das Missões (RS).

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
2º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Malan não vê por que mudar parâmetros do Orçamento

Números relativos ao PIB, juros, câmbio e montante das receitas federais constantes do projeto orçamentário para 2001 não são “verdades insofismáveis”, mas estão na faixa do que é possível prever hoje, diz ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento que não vê motivos para alterar os principais parâmetros do projeto de Orçamento da União para 2001, como a estimativa de receita de R\$ 268,9 bilhões, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 4,5% e os números contidos na proposta orçamentária a respeito do comportamento de juros e câmbio.

— As evidências de hoje não sugerem uma revisão de parâmetros — disse Malan, na audiência pública realizada pela comissão para discutir a proposta orçamentária de 2001.

— Isto não quer dizer — completou — que estejamos tratando de verdade insofismável, pois sempre existe uma taxa de imprevisibilidade na economia e não há absoluta certeza sobre as previsões das taxas médias de câmbio e juros e do crescimento do PIB.



A Comissão Mista de Orçamento realizou audiência pública para discutir os parâmetros econômicos e fiscais adotados no projeto orçamentário para 2001

Malan elogiou a iniciativa da Comissão de Orçamento de priorizar o debate sobre as expectativas de receita do governo para só em um segundo momento passar a discutir as despesas previstas para 2001. E referiu-se ao diálogo entre Executivo e Legislativo nessa questão como uma “inestimável contribuição à transparência e a um debate mais maduro do ponto de vista político”.

A busca de posições comuns em

relação à previsão de receitas, lembrou o ministro, não implica o fim das divergências sobre a estrutura de gastos do governo. “Os recursos públicos são escassos e existem diferentes percepções sobre as prioridades do país”, admitiu. Malan reconheceu a soberania do Congresso para alterar as despesas previstas no projeto orçamentário, desde que não se superestimem as receitas ou se comprometam as metas fiscais do Executivo.

— As metas essenciais do governo são a preservação da inflação sob controle, o crescimento sustentado da economia e a melhoria das condições de vida da população, com maior acesso a bens de consumo e a serviços públicos — afirmou. Ele disse que essas são metas de longo prazo e acusou “os que acreditam ser possível reduzir a pobreza em um par de anos” de iludirem a população.

O ministro acrescentou que só após a queda da inflação a “níveis civilizados” começou a ter sentido a discussão sobre receitas e despesas orçamentárias. Em outubro de 1993, recordou, debatia-se se a inflação contida no Orçamento do ano seguinte seria de 2.500% ou 3.000%. “Precisamos agora de um Orçamento realista, que não conte com a inflação para correr gastos nominais e corrigir receitas, pois esse filme nós já vimos”, afirmou Malan.

Amir Lando questionou números do projeto



Relator quer saber como vai ser paga a dívida do FGTS

O relator-geral do Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), perguntou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, de onde o governo irá tirar o dinheiro para pagar a correção do FGTS determinada pela Justiça para repor os expurgos dos planos Verão e Collor I. Malan evitou entrar em detalhes: “O governo está estudando o assunto e o anunciará assim que houver uma decisão”, disse.

Lando sugeriu que o Congresso aprove com urgência dois projetos para aumentar as receitas da União em 2001. Um permite à Receita Federal pedir à Justiça a quebra de sigilo bancário de pessoas e empresas que fazem grandes movimentações financeiras, sem nada declarar ao fisco. Outro estabelece qual será o Imposto de Renda a ser pago pelos fundos de pensão. O projeto do sigilo, já aprovado pelos senadores, aguarda votação na Câmara.

O relator-geral questionou a previsão, contida no projeto orçamentário, de que o preço médio do barril de petróleo ficaria em US\$ 24,60, assim como o fato de o governo contar com uma receita da área petrolífera de R\$ 6,5 bilhões. Nos últimos dias, afirmou, integrantes da equipe econômica admitiram que a arrecadação sobre a comercialização de derivados de petróleo em 2000 deverá ficar no máximo em R\$ 800 milhões, contra uma estimativa inicial de R\$ 3,4 bilhões.

Malan explicou que a alta do petróleo eleva os lucros da Petrobras, compensando a queda de arrecadação. E disse ter ouvido recentemente de membros da Opep que o preço do petróleo deve oscilar entre US\$ 22 e 28 o barril. “A maioria dos analistas também acredita nesses preços”, sustentou.

Lando recebeu ontem do Ministério do Planejamento estatísticas nas quais ele pretendia trabalhar para apresentar ainda hoje seu relatório parcial sobre receitas, cumprindo prazo determinado pela Comissão Mista de Orçamento.

Oposição cobra aumento maior para o salário mínimo

Nas quase cinco horas em que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi questionado na Comissão Mista de Orçamento, um dos assuntos que provocaram mais polêmica foi o salário mínimo. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu que o Congresso utilize R\$ 1,6 bilhão das emendas dos parlamentares e parte da reserva de contingência para que o reajuste do mínimo “não fique nesses ridículos 5,5%”.

Pedro Malan disse que a decisão está nas mãos do Congresso, alertando que os parlamentares, se resolverem aumentar o salário mínimo acima de R\$ 159, como está previsto no Orçamento, devem criar receitas permanentes ou fazer cortes para que a Previdência Social tenha condições de pagar cerca de 13 milhões de aposentadorias baseadas no mínimo. “Para cada real de aumento do mínimo, são necessários R\$ 182 milhões a mais nas receitas anuais do governo”, ponderou Malan.

Mercadante insistiu que “o simples corte de 1% nos juros economiza para o Tesouro R\$ 4 bilhões por ano”, sustentando que a dívida pública “está inviabilizando o



Segundo Lauro Campos, o FMI determina o valor do mínimo no Brasil

crescimento do país”. Para ele, “não há dívidas antigas, esqueletos de armário, que justifiquem o aumento da dívida mobiliária interna de R\$ 69 bilhões para quase R\$ 600 bilhões” no governo Fernando Henrique Cardoso. “Só de juros, nesse período, foram pagos R\$ 237 bilhões.”

PLEBISCITO

O ministro da Fazenda criticou o PT por ter determinado à sua militância que recomendasse voto “favorável ao calote da dívida externa” no recente plebiscito promovido pela Igreja Católica. “O PT está devendo ao país um documento público dizendo que não apóia o calote da dívida pública. É verdade que o deputado Mercadante

escreveu que não apóia isso, mas o PT orientou a militância a recomendar o calote”, acusou Malan. Foi o momento mais tenso do debate e a única vez em que o ministro alterou o tom de voz. “Alguns opositoristas acham que têm o monopólio da verdade e da ética. Existem aqueles que ficariam felizes se o plebiscito tivesse gerado uma crise financeira, com desgaste para o governo.”

Mais tarde, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o salário mínimo deste ano, apesar de todo o debate promovido pelo Congresso em janeiro, não poderia mesmo ter passado dos R\$ 151, pois o seu valor “é determinado de fora pelo FMI”. O ministro respondeu que não houve “qualquer ingerência do Fundo Monetário na fixação do salário mínimo” de 2000. Em resposta ao senador Amir Lando (PMDB-RO), relator-geral do Orçamento 2001, o ministro da Fazenda disse que o aumento da inflação em junho e julho passados, provocado por reajustes de tarifas públicas e combustíveis, não irá alterar os números do Orçamento que o Executivo enviou ao Congresso.

O ministro disse desconhecer qualquer intenção do Executivo de conceder um reajuste de 30% para os militares e reafirmou que não é candidato à Presidência da República.

DESIGUALDADES

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), depois de elogiar a queda da inflação, observou que estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que as desigualdades sociais se mantêm, mesmo com o crescimento econômico do país. Ele perguntou quem são os detentores de títulos das dívidas interna e externa do governo federal.

Para o ministro, não há como reduzir as desigualdades sociais se a inflação não estiver sob controle. “Não se combate a pobreza instituindo um imposto sobre os pobres, que é a inflação.”

O ministro da Fazenda explicou que, de modo geral, toda pessoa que aplica deve ter títulos da dívida pública em sua carteira de investimentos. “Não é correto que meia dúzia de banqueiros internos ou externos sejam detentores dos títulos da dívida brasileira.”

Senado vota proposta que reduz as hipóteses de sessões do Congresso

Com a mudança, reuniões conjuntas ficariam restritas a atos políticos como a posse do presidente da República, recepção a chefe de Estado e inauguração da sessão legislativa

Em primeiro turno, o Senado vota hoje proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessões conjuntas do Congresso. Pela proposta, as duas Casas se reuniriam apenas para inauguração da sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado.



Alcântara, autor da PEC, considera um equívoco o Congresso realizar tantas sessões conjuntas

Tratando-se de emenda constitucional, será aprovada se tiver três quintos dos votos dos senadores. Se for aprovada, precisará ainda ser votada em segundo turno, quando passará por mais três sessões de discussão. Aprovada em segundo turno, será enviada à deliberação da Câmara.

Com a alteração de seis artigos da Constituição, Lúcio Alcântara deseja que as duas Casas do Legislativo se reúnam exclusivamen-

te para a realização de atos de natureza política. Ele considera um equívoco o Congresso realizar tantas sessões conjuntas, inclusive para a apreciação da lei orçamentária e dos vetos do presidente da República.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) concordou plenamente com a idéia. Para ele, o bicameralismo é assunto mal resolvido

no Brasil, porque não há adequada definição de atribuições das duas Casas do Legislativo. Conforme Jefferson, o Senado é composto de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio majoritário, enquanto a Câmara compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional.

Desse modo, argumenta ele, para haver plena compatibilidade entre a natureza da represen-

tação de cada uma das Casas e suas atribuições, caberia ao Senado tratar apenas de matérias relacionadas com a preservação do equilíbrio federativo. No entanto, diz Jefferson Péres, o Senado exerce, no processo legislativo, praticamente as mesmas funções da Câmara – ora iniciando proposições legislativas, ora votando as proposições enviadas pelos deputados.

Também hoje, o Plenário delibera sobre mensagens do presidente da República designando os diplomatas Elim Saturnino Ferreira Dutra e Ricardo Luiz Viana de Carvalho para assumir as embaixadas do Brasil na Suécia e no Suriname. Delibera também sobre decretos legislativos autorizando o funcionamento das rádios São Patrício, de Ceres (GO), e Rede Mineira de Rádio e Televisão, de Uberlândia (MG).



Bello Parga considera inconstitucional a redação dada pelo projeto

Vai à CCJ projeto sobre deficientes

A pedido do senador Bello Parga (PFL-MA), o Plenário decidiu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também será ouvida sobre o projeto de iniciativa do governo que altera a lei que normatiza o apoio aos deficientes, sua integração social e a tutela jurisdicional dos seus interesses. A matéria havia sido despachada, inicialmente, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Bello Parga argumentou que é inconstitucional a redação dada pelo projeto, uma vez que confere ao Ministério Público competência para defender individualmente os deficientes em interesses relacionados com a colocação seletiva no mercado de trabalho. “A Constituição federal em nenhum momento atribui ao Ministério Público tal prerrogativa”, alegou o parlamentar.

Na opinião de Bello Parga, o texto do projeto colide frontalmente com a lei que dispõe sobre a organização e as atribuições do Ministério Público. Ele lembrou que é vedado a este órgão promover em juízo a defesa de direitos individuais lesados.

Aprovadas concessões de três emissoras

O Senado aprovou ontem decretos legislativos renovando a autorização para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Treze de Junho, de Mantena (MG); Rádio Universo, de Curitiba; e Rádio Comunitária Alternativa, de Guaratuba (PR). Os decretos agora vão à promulgação.

Plenário examina criação de sistema de apoio ao seguro rural

Projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural também deve ser votado hoje pelo Plenário do Senado. Mesmo reconhecendo a existência de normas que já disciplinam o seguro rural no Brasil, Lobão entende que esse instrumento de política agrícola precisa de lei própria, capaz de atender não apenas a suas necessidades imediatas, mas de expandi-lo para todas as unidades da Federação.

Pelo texto, deverão ser cobertos riscos de incêndio e raio, pragas e doenças, danos causados por tromba-d'água, ventos fortes, ventos frios, granizo, chuva excessiva, seca e geada. Terremotos, maremotos e ciclones estão entre as eventualidades em que o seguro não cobrirá prejuízos.

O texto estabelece que o seguro rural será obrigatório nas operações de crédito rural de custeio e investimento e facultativo nas lavouras conduzidas com recursos do produtor. Estabelece ainda que caberá aos órgãos decisórios, nacional e estaduais, tornar obrigatório o seguro de determinadas lavouras, no cumprimento de diretrizes de política agrícola.

O seguro rural cobriria também o custeio das culturas permanentes e temporárias; animais de utilização econômica, inclusive fetos e embriões; equipamentos e instalações necessárias para a produção agropecuária; veículos utilitários; florestas cultivadas ou cadastradas como de preservação ambiental; obras de conservação do solo; material genético; obras de conservação, captação e utili-



Lobão: seguro rural precisa de lei própria, capaz de expandi-lo para todos os estados

zação dos recursos hídricos; produtos e insumos armazenados na propriedade, em cooperativas e empresas de armazenagem; e a vida, quando o indivíduo estiver na atividade agropecuária.

O projeto ainda estabelece que o seguro não cobrirá prejuízos quando a atividade agrícola for conduzida em áreas de proteção ambiental e em locais ecológica-

mente inadequados. Para o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Alencar (PMDB-MG), um dos aspectos mais importantes do projeto é o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que garantirá a estabilidade das operações e atenderá às coberturas suplementares, em especial nos casos de sinistros generalizados.

Propostas que prevêm FGTS para pagar escola tramitarão em conjunto

Atendendo a requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR), o Senado decidiu que tramitarão conjuntamente oito projetos que alteram a legislação trabalhista para permitir saques no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidades escolares e de dívidas do Programa de

Crédito Educativo.

De acordo com a lei vigente, a conta vinculada do trabalhador no FGTS só poderá ser movimentada em casos de despedida sem justa causa, extinção da empresa, aposentadoria, falecimento, amortização de saldo devedor de financiamento habitacional e aquisi-

ção da casa própria.

Os projetos que visam permitir saques para pagamento de mensalidades escolares invocam a necessidade de o Brasil investir mais em educação e apontam o valioso significado desse investimento no desenvolvimento econômico e social do país.

CPI para investigar futebol será instalada hoje

Na reunião prevista para após a Ordem do Dia, vão ser eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão parlamentar de inquérito. Todos os partidos políticos já indicaram seus representantes no colegiado

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que investigará possíveis irregularidades no futebol brasileiro será instalada hoje, logo após a Ordem do Dia. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado, além de ser indicado o relator. O PMDB e o PFL divulgaram ontem os seus representantes na comissão. Dessa forma, a Mesa do Senado já tem a relação completa dos senadores que participarão da CPI do Futebol.

O PMDB indicou os senadores Maguito Vilela (GO), Gilvam Borges (AP), Renan Calheiros (AL), Gilberto Mestrinho (AM) e Carlos Bezerra (MT). Os suplentes do partido na comissão serão Ney Suassuna (PB), Gerson Camata (ES) e Agnelo Alves (RN).

O PFL será representado na CPI do Futebol pelos senadores Edison Lobão (MA), Geraldo Althoff (SC), Bernardo Cabral (AM) e Jonas Pinheiro (MT). Como suplentes, o partido terá José Agripino (RN), José Jorge (PE) e Romeu Tuma (SP).

A liderança do PSDB já havia relacionado como titulares Álvaro Dias (PR) e Antero Paes de Barros (MT), e, como suplente, José Roberto Arruda (DF). O Bloco Oposição terá Sebastião Rocha (PDT-AP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) como titulares e o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) como suplente. A divisão das vagas na comissão foi feita proporcionalmente, de acordo com a representação partidária no Senado.

CPI do FUTEBOL		
Os membros da comissão		
Partido Bloco	Titulares	Suplentes
PMDB	Maguito Vilela (GO) Gilvam Borges (AP) Renan Calheiros (AL) Gilberto Mestrinho (AM) Carlos Bezerra (MT)	Ney Suassuna (PB) Gerson Camata (ES) Agnelo Alves (RN)
PFL	Edison Lobão (MA) Geraldo Althoff (SC) Bernardo Cabral (AM) Jonas Pinheiro (MT)	José Agripino (RN) José Jorge (PE) Romeu Tuma (SP)
PSDB	Álvaro Dias (PR) Antero Paes de Barros (MT)	José Roberto Arruda (DF)
Bloco Oposição	Sebastião Rocha (AP) José Eduardo Dutra (SE)	Geraldo Cândido (RJ)

Maguito Vilela garante apoio à comissão

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) rechaçou os comentários de que estaria se opondo à instalação da comissão parlamentar de inquérito que investigará o futebol brasileiro. Ao informar que será um dos representantes do PMDB na CPI do Futebol, ele reafirmou seu "compromisso de sempre apoiar a instalação de CPIs", desde que haja indícios que mereçam ser aprofundados.

A sua ligação com o esporte bra-

sileiro, segundo disse, não impediria que ele apoiasse uma apuração profunda das denúncias envolvendo setores do futebol. "Como na CPI do Judiciário e na do Sistema Financeiro, eu fui um dos que defenderam a criação dessa comissão parlamentar de inquérito que investigará o futebol", afirmou. O senador acrescentou que esse esporte não pode ficar "patinando" em função de suspeitas sem o devi-

do esclarecimento.

No entendimento de Maguito, o grande beneficiado pelos trabalhos da CPI do Futebol será o próprio esporte brasileiro. O senador destacou que o esclarecimento das dúvidas e suspeitas sobre o futebol também será bom para instituições, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), "que vivem sob pressão e até mesmo chantagem de grupos de oportunistas que se preocupam com o

futebol apenas como instrumento de promoção e realização de projetos pessoais".

Segundo Maguito Vilela, atualmente a CBF sofre pressão de "políticos inescrupulosos". Acrescentou ainda que alguns parlamentares pressionaram a Confederação Brasileira de Futebol para incluir clubes dos seus estados nos diversos módulos do campeonato brasileiro, sob pena de apoiarem a instalação de CPIs para investigar o futebol.

Conselho de Ética ouve Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se hoje, às 17h, para ouvir depoimento do senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Ele falará sobre a denúncia de desvio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) feita contra ele pelo sar-

gento do Exército Abílio Teixeira. A relatora da matéria, senadora Heloisa Helena (PT-AL), vai se basear nas explicações do senador e nos levantamentos realizados sobre o assunto para elaborar seu parecer.

Segundo Abílio Teixeira, residente em Brasília, o senador teria sido o responsável, quando gerente das empresas Ebal Rodomar, em 1992, no Pará, pela negociação de empréstimo de R\$ 13 milhões junto ao BNDES para a construção de 13 balsas. As embarcações, segundo ainda o denunciante, não chegaram a ser construídas.

O depoimento de Luiz Otávio havia sido marcado inicialmente para o dia 27 de junho. O conselho se reuniu, mas sem a presença do senador. Ele preferiu encaminhar ao Conselho de Ética ofício em que nega qualquer participação em irregularidades relacionadas com o suposto desvio de verbas públicas. Por necessitar de outros esclarecimentos, a relatora pediu que fosse marcada uma nova data para ouvi-lo.

Em sua defesa por escrito, Luiz Otávio classificou a denúncia como "caluniosa". Ele considerou como falha grave o fato de a acusação estar baseada apenas em matérias jornalísticas. Também destacou que todas as ações supostamente imputadas a ele se referem a situações anteriores à sua posse no Senado, não incidindo nas hipóteses de quebra de decoro parlamentar previstas na Constituição.



Luiz Otávio: a denúncia é "caluniosa"

Diretor da Polícia Rodoviária defende efetivo maior no combate aos roubos

Em depoimento à comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas, o diretor da Polícia Rodoviária Federal, general Álvaro Henrique Vianna Novaes, afirmou que as quadrilhas são muito mais bem organizadas, aparelhadas e contam com mais recursos do que a polícia. Segundo ele, a instituição a que pertence deveria ter um efetivo quatro vezes maior do que possui para controlar de modo satisfatório as estradas do país e atuar no combate ao crime.

Para o general, que dirige a Polícia Rodoviária há dez meses, existem apenas 412 postos em estradas, quando o ideal seria pelo menos 550. Atualmente, o número de



policiais é de 8,5 mil, para patrulhar mais de 50 mil quilômetros de estradas. Ele também lamentou a falta de equipamentos.

— Gostaria de contar com dois ou três homens em cada posto, e uma dupla a cada 70 quilômetros de estrada, mas não temos nem o número previsto em lei, que é de 10 mil — revelou Álvaro Henrique, lembrando que há a promessa de concurso para a polícia no ano que vem.

Respondendo ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o diretor reconheceu que há uma "banda podre" na Polícia Rodoviária Federal, que tem sido combatida. Também demonstrou interesse em

atuar em conjunto com a Polícia Federal e as polícias dos estados para impedir o contrabando de armas e drogas. Segundo disse, está sendo implantado um setor de inteligência na Polícia Rodoviária Federal, como prevê o Plano Nacional de Segurança Pública. Além disso, estão sendo realizadas operações para apreender veículos e cargas roubadas.

A CPI também ouviu o diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Genésio Bernardino de Souza, que concordou com o senador Moreira Mendes (PFL-RO), segundo o qual a precariedade das rodovias brasileiras favorece a ação das quadrilhas no roubo de cargas. De acordo com Genésio, dos 90 mil quilômetros de estradas, apenas



Álvaro Henrique Vianna, diretor da Polícia Rodoviária

57 mil são pavimentados, e há 12 anos não são realizados serviços de manutenção. Ele prometeu que nos próximos quatro anos toda a malha viária do país será recuperada.

— Depois que foi extinto o imposto que incidia sobre combustível, que era revertido para o DNER, não houve receita suficiente para cuidar das rodovias.

CAE aprova fundo para desenvolver telecomunicações

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) foi proposto pelo governo federal para estimular a pesquisa de novas tecnologias, aumentar a competição entre empresas e gerar empregos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou por unanimidade o projeto de lei do Executivo que cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

O fundo tem por finalidade ampliar a competição das indústrias de telecomunicações, estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, além de fomentar a geração de empregos.

O projeto de lei seguirá agora para exame da Comissão de Educação do Senado.

De acordo com o projeto aprovado pelos membros da CAE, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações será administrado por um conselho composto de seis pessoas e terá como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Empresa Financiadora de Estudos e



O projeto de lei que cria o Funttel recebeu apoio unânime dos senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Projetos (Finep).

Segundo o relator do projeto, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), o projeto vai facilitar o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações, além de incentivar a capacitação de recursos humanos. Para ele, a criação do Funttel é de vital importância para que as telecomunicações ganhem novo impulso rumo ao aperfeiçoamento tecnológico.

O novo fundo de telecomunica-

ções terá como principal fonte de receita 0,5% do produto da arrecadação com concessões, permissões e autorizações de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, sendo formado ainda por 1% da receita bruta de eventos participativos, realizados por meio de ligações telefônicas. O patrimônio inicial do Funttel será constituído pela transferência de R\$ 100 milhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Volta à CCJ projeto que permite renegociar dívida estadual

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reexaminará o projeto de resolução que torna válidas as renegociações das dívidas estaduais. A decisão foi tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após duas horas de discussão. O reexame foi pedido pelo líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF).



Arruda é contra a renegociação das dívidas dos estados

A CCJ aprovou substitutivo apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estendia a outros estados a oficialização da renegociação proposta para Minas Gerais pelo autor do projeto, senador José Alencar (PMDB-MG). A oficialização é necessária porque Minas e outros estados não comprovaram que se mantiveram dentro do limite de empréstimos compatível com o montante de suas despesas de capital.

O relator na CAE, Roberto Satur-

nino (PSB-RJ), apresentou voto pela aprovação do texto da CCJ, incluindo emenda que reduz o limite máximo de comprometimento das dívidas estaduais de 13% das receitas líquidas para 7,5%.

Em seu requerimento pelo reexame, Arruda argumentou que o parecer foi feito antes da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para ele, a nova lei proibiu a renegociação das dívidas pactuadas antes de sua sanção. José Alencar contra-argumentou que a lei não atinge a resolução que propôs, já que o Senado tem competência constitucional exclusiva para aprovar as dívidas de estados e municípios.

Ex-presidente da CCJ, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concordou. Segundo ele, a competência privativa do Senado não pode ser posta em dúvida. A líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL),

chegou a propor a adoção do unicameralismo, com o fim do Senado, se a Casa não puder mais analisar as dívidas estaduais.

Para Requião, lei nenhuma pode revogar a prerrogativa do Senado de impor limites, regras e autorizar ou negar o endividamento dos estados. Lauro Campos (PT-DF) afirmou que a insolvência dos estados já podia ser prevista quando suas dívidas foram renegociadas com um nível máximo de comprometimento das receitas líquidas de 13%. Ele leu trecho escrito em 1992 pelo hoje presidente Fernando Henrique Cardoso, no qual FHC diz ser impossível pagar a dívida pública e manter o orçamento equilibrado.

Para Paulo Souto (PFL-BA), o projeto de resolução proposto pode afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Já o relator, Roberto Saturnino, lamentou o encaminhamento dado ao problema e lembrou que o projeto permitia aos estados investir minimamente em políticas sociais, ao desonerá-los parcialmente do pagamento da dívida.

Autorizadas concessões para emissoras de rádio e televisão

Quatro projetos de decreto legislativo foram aprovados ontem pela Comissão de Educação (CE). Eles autorizam o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e



Alvaro Dias

Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora nas cidades de Xapuri, Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Brasiléia, todas naquele estado.

Com parecer favorável do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a comissão também aprovou autorização para Thomazella, Pavan & Cia. explorar o serviço de radiodifusão sonora na cidade de Santa Fé, no Paraná, e a renovação da concessão da Fundação Nossa Senhora do

Rocio para explorar serviço de radiodifusão em Curitiba.

A Associação Comunitária Santa Rita e a Associação Beneficente Senhora Santana, situadas, respectivamente, nas cidades de Santa Rita de Cássia e

Cansanção, ambas na Bahia, também tiveram autorização aprovada para executar serviço de radiodifusão comunitária. A Comissão de Educação aprovou, finalmente, projeto de decreto legislativo que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Municipal de Artes de Montenegro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Montenegro, no Rio Grande do Sul. Todas as autorizações serão apreciadas pelo Plenário do Senado.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2000

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 1995. Renova a concessão outorgada à Rádio Treze de Junho OM S.A., em Mantena (MG).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 1999. Renova a concessão outorgada à Rádio Universo OM Ltda., em Curitiba (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2000. Autoriza funcionamento da Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM em Guaratuba (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Requerimento nº 511, de 2000. Senador Bello Parga. Solicita que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2000, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Resultado: Aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2000, vai ao exame da CCJ e, posteriormente, da CAS.

5

Requerimento nº 513, de 2000. Senador Osmar Dias. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 73 e 203, de 2000, com os de nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, e 18, de 2000, que já se encontram apensados, por versarem sobre a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os projetos de Lei do Senado nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, 18, 73 e 203, de 2000, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CAS, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CAS e CCJ debatem restrição à propaganda de fumo

Participarão da audiência os presidentes do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária e da Associação dos Fumicultores, além de representantes do Instituto do Câncer e da Sociedade de Cardiologia

Classificação de programas de TV é tema de debate

O programa *Debate*, da TV Senado, discute com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e a secretária nacional de Justiça, Elisabeth Sussekind, a programação das emissoras de rádio e televisão no país. O pano de fundo da discussão é a portaria do Ministério da Justiça que criou a classificação dos programas por faixas de horário.

Pedro Simon, presidente da subcomissão da Comissão de Educação do Senado encarregada de avaliar a programação das emissoras, defende a criação de um código de ética para todas as emissoras, já que a auto-regulamentação, em sua opinião, não funcionou. O programa vai ao ar hoje, às 6h30, 13h30 e 19h30.

Os presidentes do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert, e da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainzi Gralow, estão entre os convidados da audiência pública conjunta que as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizam hoje, às 10h. O objetivo da reunião é debater projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelece restrições à publicidade de cigarros.

De acordo com o texto aprovado pelos deputados, a propaganda de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumífero (mesmo que não derivado do tabaco) somente será permitida em pôsteres, painéis e cartazes colocados na parte interna dos pontos-de-venda. A multa aos infratores, que hoje varia de R\$ 1.410 a R\$ 7.250, será de R\$ 5 mil a R\$ 100

mil, conforme o projeto.

Além dos presidentes do Conar e da Afubra, são esperados para a reunião representantes da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), da Sociedade Brasileira de Cardiologia e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid). O professor José Rosenberg representará o Instituto Nacional do Câncer, enquanto a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) enviará seu assessor jurídico Alexandre Kruehl Jobim.

Mesmo colocados na parte interna dos pontos-de-venda, os anún-

cios comerciais não poderão, segundo o texto do projeto, associar o produto a práticas esportivas nem incluir crianças e adolescentes. A proposta também proíbe a publicidade, venda ou distribuição do produto pelo correio e o patrocínio a atividade cultural ou desportiva.

Para prevenir o desemprego em massa no setor, o projeto estabelece que os trabalhadores ou produtores fumageiros prejudicados serão deslocados para atividades compatíveis e receberão ajuda proveniente de recursos de fomento agrícola e de combate ao desemprego, de origem pública e privada.

Devem também participar do debate representantes de editores de revistas e de emissoras de rádio e TV



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h30 – *Debate* – Sen. Pedro Simon e Elisabeth Sussekind, secretária nacional de Justiça, falam sobre a classificação de programas de rádio e TV
7h30 – *Entrevista* – Sen. Pedro Piva faz um balanço das eleições municipais
8h – *Journal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – PCN – Matemática – O cálculo e a vida moderna
9h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
9h30 – *Entrevista* – Josaphat Marinho, ex-senador e jurista, fala sobre a ética no poder público
10h – Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais (ao vivo)
13h30 – *Debate* – Sen. Pedro Simon e Elisabeth Sussekind, secretária nacional de Justiça, falam sobre a classificação de programas de rádio e TV
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
18h30 – *Entrevista* – Josaphat Marinho, ex-senador e jurista, fala sobre a ética no poder público
19h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)

21h – *Journal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Álvaro Dias propõe a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, no Paraná

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Curitiba. Segundo disse, a sobrecarga de trabalho do tribunal que hoje atende aos três estados da região Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – justifica a medida. Para isso, ele apresentou proposta de emenda constitucional que prevê a instalação do novo tribunal no prazo de seis meses após a promulgação do texto. O órgão deverá ser composto por 14 juízes escolhidos na região e nomeados pelo presidente da República.

A proposta também foi subscrita pelos outros dois representantes do Paraná no Senado: Osmar Dias (PSDB) e Roberto Requião (PMDB).

Os estados do Paraná e Santa Catarina são atendidos, “mas de forma cada vez mais precária”, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre (RS). Atualmente, disse o senador, dependem de julgamento cerca de 140 mil processos, 60 mil deles originados no Rio Grande



Álvaro Dias: o TRF da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, não consegue atender à demanda

do Sul, 50 mil no Paraná e 30 mil em Santa Catarina.

A demanda judicial é tal que o tribunal federal gaúcho, segundo Álvaro Dias, tem convocado juízes do primeiro grau para compor suas turmas, e mesmo assim não consegue imprimir “a celeridade devida aos cidadãos”.

Dados referentes à distribuição dos processos entre os juízes do TRF sediado na capital gaúcha indicam, na opinião do senador, sobrecarga de trabalho e impos-

sibilidade real de prestar serviços jurisdicionais adequados. Em 1999 foram distribuídos 86.136 processos, sendo que cada juiz da primeira seção recebeu por mês 392 processos, isto é, 19 por dia útil da semana. Aos juízes da segunda e terceira seções do tribunal foram distribuídos, respectivamente, 20 e 13 processos a cada dia útil.

– Tal situação se agrava na medida em que se sabe que, na primeira instância, tramitam atualmente cerca de 451 mil processos, os quais, em sua quase totalidade, brevemente subirão àquele tribunal em grau de recurso – explicou.

O direito constitucional de o cidadão ter acesso à Justiça “acaba sendo prejudicado pela precariedade institucional que ressalta desses números”, disse o senador. Se o aumento da demanda judicial representa, por um lado, que o Poder Judiciário desfruta de credibilidade junto à cidadania, por outro, lamentou Álvaro Dias, “demonstra a impotência dos tribunais regionais federais” e descredita o poder estatal.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Viana conclama prefeitos a adotar Saúde da Família

Senador destaca sucesso do programa no Acre e a mobilização de mais de dez mil médicos e 100 mil agentes em todo o país. “É preciso encontrar alternativas para resguardar a saúde da população”, afirma

O senador Tião Viana (PT-AC) pregou ontem, em Plenário, a adoção em todo o país do programa Saúde da Família, executado por estados e municípios em convênio com o Ministério da Saúde. Citando o estado do Acre como exemplo de sucesso do programa, Viana explicou que a atuação de clínicos gerais no acompanhamento contínuo de famílias de baixa renda tem melhorado sensivelmente a qualidade do atendimento médico de uma população antes sujeita à negligência ou à total falta de tratamento e preven-

ção das doenças.

Segundo o senador, os prefeitos eleitos recentemente e os que vão se eleger no segundo turno das eleições municipais devem assumir a responsabilidade de adotar ou dar continuidade ao Saúde da Família, que teria sido inspirado em programas dos governos de Cuba e da Inglaterra. A experiência tem mostrado que os médicos generalistas conseguem resolver a maior parte das doenças que afetam os cidadãos, disse Viana, acrescentando que essa é uma realidade em municípios governa-

dos pelo PT, como Angra dos Reis (RJ), Camaragibe (PE) e Cauí (CE).

— No momento em que a orientação das finanças internacionais provoca efeitos tão perversos para o povo, é preciso encontrar alternativas para resguardar a sua saúde — frisou o senador, que considera um grande avanço para o país a mobilização de mais de



Tião Viana sugere aos eleitos este ano a continuidade do programa Saúde da Família

dez mil médicos e 100 mil agentes de saúde na realização do programa.

O Saúde da Família foi elogiado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Júlio Eduardo (PV-AC). Suplicy apontou as diferenças entre o Saúde da Família e a política de saúde defendida por Paulo Maluf (PPB), candidato a prefeito de São Paulo. Depois de louvar a

competência do governo do Acre na execução do Saúde da Família, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) chamou a atenção para o fato de que o programa é de responsabilidade do governo Fernando Henrique, ainda que executado em convênio com estados e municípios. Tião Viana reconheceu o importante papel do Ministério da Saúde na implementação dos convênios, mas ressaltou que no Acre o governo complementa as verbas federais para que os médicos possam receber salário de R\$ 6,6 mil.

Maguito Vilela anuncia propostas para o desenvolvimento do esporte

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ontem que pretende apresentar dois projetos para desenvolver o esporte. O primeiro proíbe que os presidentes de federações sejam reeleitos mais de uma vez. O segundo propõe a criação de um instituto olímpico, com o objetivo de formar atletas para representar o Brasil nas olimpíadas.

Ao justificar sua proposta de proibir mais de uma reeleição nas federações, Maguito disse que existem muitos casos, em todo o país, de presidentes sendo reeleitos até

por 20 anos. “A permanência indefinida gera acomodação e vícios”, frisou.

Sobre a criação do instituto olímpico, Maguito disse que a iniciativa não contribuirá apenas para preparar uma geração olímpica vencedora, mas também para diminuir a violência. Ele registrou que o esporte contribui para afastar os jovens das drogas, diminuir a violência e criar um novo caminho para crianças carentes, “que sem apoio oficial correm o risco de descambar para o crime”.



Maguito Vilela: proposta para preparar uma geração olímpica vencedora e combater a violência

Suplicy analisa debate entre candidatos em São Paulo

O desafio lançado pela candidata do PT à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, para que seu adversário, Paulo Maluf (PPB), apresentasse denúncias que dizia ter contra ela, foi, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ponto alto do debate promovido na segunda-feira pela Rede Bandeirantes de Televisão. Para o senador, Maluf “correu da raia”, demonstrando que as ameaças não passavam de blefe.

Outro momento importante, conforme a análise do senador, foi a tentativa de Maluf de explicar por que vetou projeto do PT que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima aprovado pela Câmara Municipal em 1996. O candidato do PPB disse ter vetado a proposta porque os vereadores não têm competência constitucional para criar despesas.

— Maluf está muito mal informado. O primeiro projeto de lei que instituiu um programa de renda mínima no Brasil, apresentado por mim em 1991, foi considerado constitucional e aprovado por

todos os partidos no Senado em dezembro daquele ano. Recebeu parecer favorável em 1992 e se encontra pronto para ser votado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados — lembrou o senador.

O mais grave, continuou Suplicy, é que Maluf desconhece que, em 1996, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu considerar promulgada a lei que instituiu o programa da capital paulista. Isso ocorreu, de acordo com o senador, quando o prefeito Celso Pitta desistiu de ação de inconstitucionalidade em relação à lei, depois que a Câmara Municipal derrubou o veto de Maluf.

Suplicy aproveitou ainda para saudar a Rede Bandeirantes de Televisão pelo debate e sugeriu que, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, as emissoras de televisão brasileiras se organizem em rede para evitar que os candidatos se sintam constrangidos por ser obrigados a recusar convites devido ao grande número de veículos solicitando participação em debates.

Projeto de Patrocínio altera base de cálculo do adicional de insalubridade

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto alterando a base de cálculo do adicional de insalubridade dos trabalhadores, que passaria a ser pago sobre sua remuneração mensal, não mais tendo como referência o salário mínimo, conforme estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ao justificar a proposição, Carlos Patrocínio argumenta que a Constituição de 1988 veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim. Lembra, ainda, recente decisão do



Patrocínio lembra que a Constituição de 1988 veda a vinculação do salário mínimo

Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que o salário mínimo não seja usado como parâmetro para o pagamento de adicional de insalubridade.

O senador observa também, na justificativa do projeto, que o salário mínimo não representa o melhor referencial quando se trata de compensar danos à saúde provocados por condições insalubres de trabalho.

— É bem mais razoável e justo calcular esse adicional com base na remuneração do empregado. Essa define os padrões de vida,

demanda por qualidade e valor de mercado do trabalho efetivamente executado em condições insalubres — argumenta.

A aprovação do projeto, diz o senador, acabaria de vez com as dúvidas a respeito da incidência do adicional. A medida proposta, afirma, além de evitar litígios e demandas judiciais, beneficiará os trabalhadores com o pagamento de valores mais compatíveis com as suas condições profissionais e sociais.

— O objetivo maior, em suma, é aumentar a segurança jurídica nas relações de trabalho nas quais o adicional de insalubridade é devido, além de fazer justiça para com os trabalhadores que colocam em risco a sua saúde no trabalho — conclui Carlos Patrocínio.



Suplicy elogia realização de debates e sugere formação de redes de emissoras